

ÁGUAS DOCES
no
Brasil

Cleuler Barbosa das Neves



RIO DE JANEIRO – RJ
2011

© Copyright by Cleuler Barbosa das Neves.

Todos os direitos reservados pela Deescubra.

Lei da Não Reprodução Autoral: 9.610/1998.

Lei da Política Nacional do Livro: 10.753/2003.

Lei do Depósito Legal: 10.994/2004.

Diagramação e Capa: Jean C. Barbaro

Livro corrigido conforme:

O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

N422a

Neves, Cleuler Barbosa das, 1965-

Águas doces do Brasil / Cleuler Barbosa da Neves. - Rio de Janeiro: Deescubra, 2011.
392p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7906-022-9

1. Água doce - Legislação. 2. Direito de águas - Brasil. 3. Ecologia de água doce - Brasil. I. Título.

11-4386.

CDU: 34:628.1.032

15.07.11 20.07.11

028071

RIO DE JANEIRO - RJ



2011

SUMÁRIO

Prefácio, 9

I

Introdução, 13

II

A Questão do Método, 27

O Direito como Objeto de Pesquisa, 32

O Estado como Objeto de Pesquisa, 54

A Evolução dos Modos de Ver, Julgar
e Agir diante da Natureza, 77

III

Os Corpos de Água no Brasil, 87

Tratamento Legislativo, 87

Assustador Panorama da Escassez de Água, 103

O Fenômeno da Reificação da Água, 113

Desenvolvimento Sustentável na Perspectiva
da Atividade Agrária, 129

IV

**Natureza Jurídica da Outorga de Direitos
de uso de Recursos Hídricos, 155**

A Outorga de Direitos de Uso dos Corpos de Água Como
Autorização/Permissão/Concessão de Uso ou Conces-
são de Direito Real Resolúvel de Uso, 156

A Concessão de Direito Real Resolúvel de uso para as Derivações, 170
Inalienabilidade Temporária, 231
Outorga Valorativa de Usos dos Corpos de Água, 232
Reforma Agrária Integral, 235
Reforma Hídrica, 238

V

Princípios Tributários Como Parâmetros Limitantes ao Poder de Tarifar o Uso da Água, 239

Competência para Cobrança, 243
Competência para Instituir os Critérios de Cobrança, 245
A Cobrança não pode Servir de Mecanismo Gerador de mais Injustiça Social, 250
Natureza Jurídica da Receita Decorrente da Cobrança pelo Uso de Corpos de Água, 251
Princípios Tributários Aplicáveis, 271
Princípios Ambientais Aplicáveis, 302
Critérios Justos para a Cobrança pelo uso das Derivações e Extrações de Corpos de Água, 312

VI

Regulação dos Recursos Hídricos em Goiás, 317

Panorama Legislativo Atual, 320
O Papel dos Estados-Membros na Administração Ambiental de seus Recursos Hídricos, 346

VII

Conclusão, 355

Referências, 369